



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

Ofício-e STJ/GP n. 477/2024

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Indicação do Corregedor Nacional de Justiça.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Superior Tribunal de Justiça, mediante eleição realizada no dia 23 de abril corrente, indicou o Ministro Mauro Campbell Marques para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2024/2026, em conformidade com o disposto no art. 103-B, inciso II e § 2º, da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Maria Thereza Rocha de Assis Moura**, **Presidente do Superior Tribunal de Justiça**, em 26/04/2024, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4083671** e o código CRC **D01870C2**.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

Mauro Luiz Campbell Marques

Dados Pessoais



Nascimento: [REDACTED]
Filiação: **Informação pessoal**
Informação pessoal
Cônjuge: **Informação pessoal**
Filhos: **Informação pessoal**

Formação Acadêmica

- Graduiu-se em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário Metodista Bennett - UNIBENNETT, Rio de Janeiro, em 1985;
- Coursou o ensino fundamental e médio no Grupo Escolar Barão do Rio Branco (2ª a 3ª Séries do 1º grau) e no Colégio Dom Bosco (4ª do 1º Grau até o 3ª Série do 2º Grau);
- Formado na língua inglesa pelo Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, do Rio de Janeiro - 1985.

Funções Atuais

- Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 17 de junho de 2008.
- Membro da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.
- Membro da 1ª Seção e da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça.
- Membro da Comissão Julgadora do Prêmio INNOVARE, desde 2013.
- Presidente da Comissão Permanente de Desburocratização da Administração Pública Brasileira do Senado Federal.
- Membro da Academia Brasileira de Direito Tributário com assento na cadeira nº 38 cujo patrono era Rubens Approbato Machado, a partir de 10/11/2017.
- Presidente da Comissão de Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conforme Portaria STJ/GP n.36 de 08/2/2018.
- Presidente de Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma de Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992), instituída pela Câmara dos Deputados em 22/2/2018.
- Membro fundador da Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas com assento na cadeira nº 03, a partir de 25/05/2018.
- Membro da Comissão de Juristas destinada a elaborar anteprojeto de legislação que sistematiza as normas de processo constitucional brasileiro, instituída pela Câmara dos Deputados em 24/11/2020.
- Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, a partir de 01/09/2022.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

Principais Atividades Exercidas

- Advocacia privada, OAB-██████████, dezembro/1985 a maio/1986;
- Assessor Jurídico da Companhia Energética do Amazonas, maio/1986 a novembro/1987;
- Assessor de Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, de 21/8 a 9/12/1987;
- Promotor de Justiça de 1ª Entrância, titular da Promotoria de Justiça de Manicoré - AM, com atuação também em Novo Aripuanã - AM e Humaitá - AM, em 12/12/1987;
- Promotor de Justiça de 2ª Entrância (Capital), promovido por merecimento, em 1/8/1989;
- Secretário-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, de 1/8/1989 a 14/3/1991;
- Secretário de Estado de Justiça, de 15/3/1991 a 20/10/1993;
- Secretário de Estado de Segurança Pública, de 20/10 a 22/12/1993;
- Vice-Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Justiça e Direitos Humanos;
- Secretário de Estado de Segurança Pública, Justiça e Cidadania, de 22/12/1993 a 1/1/1995;
- Promotor de Justiça titular da Promotoria Especializada em Delitos de Trânsito, em 1/1/1995;
- Assessor e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, de 3/10/1997 a 31/3/1998;
- Promotor de Justiça Eleitoral titular das 1ª, 16ª e 58ª Zonas Eleitorais - AM;
- Procurador-Geral de Justiça eleito e reeleito para mandatos - biênios 1999/2001 e 2001/2003;
- Vice-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União - CNPG, por dois mandatos;
- Procurador de Justiça com atuação nas 1ª e 3ª Câmaras Cíveis, e nas Câmaras Reunidas e no Tribunal Pleno do TJ-AM, de 1999 a 2008;
- Secretário de Estado de Controle Interno, Ética e Transparência (atual Controladoria-Geral do Estado), tendo implantado a Comissão Geral de Ética Pública do Amazonas, de janeiro a setembro de 2004;
- Procurador-Geral de Justiça, pela terceira vez, para cumprir o biênio de março/2007 a março/2009. Renunciou em 16/6/2008 para assumir o cargo de Ministro do STJ.
- Presidente da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça de 21/06/2013 a 20/06/2015.
- Corregedor-Geral da Justiça Federal, Presidente da Turma Nacional de Uniformização e Diretor do Centro de Estudos Judiciários de 30/8/2016 a 21/09/2017.
- Presidente da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça de 06/08/2017 a 05/08/2019.
- Membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados no biênio 2018/2020 nos termos da Portaria STJ/GP n. 50 de 26/2/2018.
- Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral de 30/08/2018 a 30/08/2020.
- Diretor da Revista do Superior Tribunal de Justiça de 03/09/2018 a 03/09/2020.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Presidente do Comitê Consultivo temporário sobre assuntos legislativos do Superior Tribunal de Justiça durante a gestão do biênio 2020/2022.
- Membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos, como representante titular do Conselho Nacional de Justiça, de 16/02/2017 a 26/10/2020.
- Membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados no biênio 2018/2020 nos termos da Portaria STJ/GP n. 50 de 26/2/2018.
- Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, de 17/09/2020 a 01/09/2022.
- Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral de 01/09/2020 a 01/09/2022.

Outras atividades:

- Professor-substituto do Curso de Direito da Universidade Nilton Lins, em períodos dos anos letivos de 1997 e 1998;
- Presidiu, foi examinador e secretário de várias de Comissões de Concurso Público para ingresso na Carreira do MP - AM, em 1989, 2002, 2007 e 2008.
- Membro da banca examinadora das provas orais do 28º e do 29º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República.

Filiações e Associações:

- Ordem dos Advogados do Brasil-RJ, 1986 - suspensa;
- Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, 1987;
- Associação Amazonense do Ministério Público, 1987;
- International Association of Prosecutors - IAP, 2003;
- Associação de Magistrados Brasileiros - AMB, 2008;
- Instituto de Direito Tributário de Londrina, 2009;
- Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB, 2013.
- Membro Honorário do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP, 2019.

Seminários, Congressos e Palestras:

Palestrante, debatedor e participante em diversos certames jurídicos, dentre os quais:

- V Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, IBDC, 1984;
- VIII Congresso Brasileiro de Medicina Legal e I Congresso Brasileiro de Vitimologia, 1984;
- IV Conferência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro - Congresso Tancredo Neves, 1985;
- Seminario de Capacitación sobre la aplicación de los mecanismos de las Naciones Unidas en materia de derechos humanos, 1991;
- I Fórum Nacional de Segurança Pública, Violência e Criminalidade, Papel da Investigação e do Sistema Judiciário na Prevenção do Crime, Comissão de Defesa Nacional-Câmara dos Deputados, 1992;
- I Encontro do Ministério Público da Região Amazônica, 1998;
- 13º Congresso Nacional do Ministério Público, 1999;
- 57º Curso Internacional de Criminologia, Globalização e Marginalidade Social, Sociedade Internacional de Criminologia, 2000;



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- III Congresso do Ministério Público do Nordeste, 2000;
- I Ciclo de Palestras de Direito Constitucional e Administrativo, sobre o tema Intervenção: uma Contribuição do Sistema Federativo ao Controle da Administração Pública, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas, 2001;
- II Ciclo de Palestras de Direito Constitucional e Administrativo, sobre o tema Lei de Responsabilidade Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas, 2001;
- VII Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, 2001;
- I Fórum de Direito, O Juiz, o Promotor de Justiça e o Advogado: os desafios do Século XXI, Faculdade Martha Falcão, 2002;
- Fórum Internacional Ambiental, Soluções Sustentáveis, Ministério Público do Estado da Bahia, 2002;
- III Congresso do Ministério Público da Região Amazônica, 2002;
- XV Congresso Nacional do Ministério Público, 2003;
- VII Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2002;
- II Jornada Jurídica/2005, Comando do 9º Distrito Naval, tema O Ministério Público, a Atividade Policial e o Cidadão.
- VI Jornada Jurídica da Seção Judiciária do Amazonas, palestra "Tradição e desafios: a distribuição da justiça segundo os valores constitucionais", em 17/11/2008, Manaus;
- Encontro Internacional de Direito Ambiental na Amazônia, "Desafios socioambientais em tempos de crise econômica", 6/3/2009, em Manaus;
- IX Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente - "Os desafios do Direito Ambiental no planeta e as novas tendências do Direito Ambiental brasileiro", palestrante, 28 a 30 de abril de 2009, Recife;
- 1º Fórum jurídico alagoano de fomento mercantil, promovido pelo Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil dos Estados de Alagoas e Sergipe, 11/12/2009, Alagoas;
- Conferência e Painéis em Comemoração aos 20 Anos do Instituto de Direito Tributário de Londrina, palestrante, em 27/11/2009, Londrina;
- Seminário sobre a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), palestra sobre o papel do MP na aplicação da LIA, promovido pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte, 28/5/2010, Natal;
- Palestra "Profissões e o ativismo judicial", Faculdade Martha Falcão(FMF), em 28/2/2011, Manaus;
- II Curso Jurídico (Cjur),palestrante, promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em 10/6/11, Tiradentes/MG;
- XI Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, "Desafios da Legislação Ambiental Brasileira: Ações, Práticas e Propostas", 3, 4 e 5/8/2011, São Paulo;
- IV Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, palestra "A efetivação da prestação jurisdicional, a celeridade e o processo eletrônico", em 31/8/2011, Curitiba;
- II Congresso Goiano de Direito Constitucional, 15 e 16/9/2011, Goiânia;
- "Taller Regional para formación de formadores en herramientas técnicas de asistencia jurídica de la Subdivisión de Prevención de Terrorismo (TPB) de la Oficina de Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC)" de 26 a 28 de outubro de 2011, em Santa Marta, Colômbia.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Seminário "O STJ: competências, o recurso especial e a visão dos ministros e dos advogados", promovido pela AASP, em 3/10/2011, São Paulo;
- VII Seminário Italo-Ibero-Brasileiro, presidente de mesa - tema "As obrigações no direito contemporâneo", 17/11/2011, Superior Tribunal de Justiça, Brasília/DF;
- Aula inaugural da ESMAM, com o tema "Jurisprudência Atualizada no STJ sobre Temas de Direito Público - Perspectivas para o Sistema Judiciário", em 5/3/2012, Manaus, AM;
- Seminário "Zona Franca de Manaus - Créditos Fiscais", com a palestra "Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a Zona Franca de Manaus", em 18/5/2012, em Manaus, AM;
- Seminário Nacional de Proibição Administrativa - "Os Vinte Anos da Lei nº 8429/92 e a Eficácia da Atuação do Estado contra Ilícitos de Agentes Públicos", STJ, 31/5 e 1º/6/2012, Brasília, DF;
- Seminário Fundação Getúlio Vargas, palestrante com o tema "A Garantia da Independência da Magistratura e do Ministério Público na Realização da Justiça. Análise crítica Brasil-França.", em 8/10/2012, no Rio de Janeiro, RJ;
- I Encontro Internacional de Direito Ambiental, na qualidade de expositor com o seguinte tema: "Dano Ambiental: Prevenção e Precaução", em 10/8/2012, Manaus, AM;
- Seminário Comemorativo dos 40 Anos da PGE, como palestrante com o tema "O STJ e seu Papel Balizador Jurisprudencial em Concurso Público", em 9/11/2012, em Manaus, AM;
- Encontro da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos e da União Europeia (Celac-UE), como representante do Superior Tribunal de Justiça, de 24/1/2013 a 26/1/2013, Santiago, Chile.
- Seminário da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra sobre "Sustentabilidade e Segurança : Exigências para o Direito", com a palestra "Fiscalidade num Mundo Globalizado", em 15/4/2014, Coimbra/Portugal.
- Palestra no evento sobre "Políticas públicas para mediação de conflitos: Justiça restaurativa como forma de inclusão social" com o tema "A Justiça Restaurativa como Instrumento de Inclusão Social", promovida pela Escola Superior de Ciências Sociais - Universidade Federal do Amazonas - ESO/UEA, em 25/4/2014, Manaus/AM.
- 5º Seminário sobre "O Superior Tribunal de Justiça (STJ) - 25 anos: questões predominantes e recurso especial", com a palestra "O STJ visto pelos advogados e pelos ministros. A importância para o sistema judiciário e para os advogados", promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo - AASP, em 19/5/2014, São Paulo/SP.
- III Encontro de Corregedorias do Poder Executivo, pela Corregedoria-Geral da União - unidade de correição da Controladoria-Geral da União - Brasília, como palestrante, sobre o tema "As Nulidades do Processo Administrativo Disciplinar na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça", em 22/5/2014, Brasília/DF.
- Encontro Nacional do Acompanhamento Especial e Estratégias de Defesa do FGTS e da PGFN de 2014, com a palestra "Ato de Improbidade Administrativa e suas Implicações nos Afastamentos de Detentores de Mandato Eletivo", em 9/10/2014, Brasília/DF.
- II Semana Jurídica Xavier de Albuquerque, com a palestra "Jurisprudência Atualizada do STJ", em 8/8/14, Manaus/AM.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Seminário "Improbidade Administrativa e Desafios para a Gestão do Estado Brasileiro", como coordenador científico e presidente de mesa, em 21 e 22/8/2014, em Brasília/DF.
- Palestra no "Curso de Direito e Processo Administrativo da Justiça Militar da União", com o tema "Reflexões sobre a Jurisprudência no STJ", em 4/9/2014, em Brasília/DF.
- Encontro Nacional do Acompanhamento Especial e Estratégias de Defesa do FGTS e da PGFN de 2014, com a palestra "Ato de Improbidade Administrativa e suas Implicações nos Afastamentos de Detentores de Mandato Eletivo", em dia 9/10/2014, em Brasília/DF.
- Aula Inaugural com o tema "Lei de Improbidade Administrativa e os Reflexos no Âmbito dos Tribunais de Contas", evento promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, em 2/3/2015, em Manaus/AM.
- Palestra no "Congresso da OAB - Novo Código Civil", com o tema "O Novo CPC e os recursos repetitivos", em 14/4/2015, em Brasília/DF.
- Palestra no Seminário "Direito Administrativo Moderno: Interesse Público versus Interesse Privado sob a ótica dos Direitos Fundamentais", com o tema "Os Limites da Intervenção do Judiciário nos Atos Administrativos", em 24/4/2015, em Maceió/AL.
- Palestra no "VI Seminário sobre o Superior Tribunal de Justiça - STJ, intitulada "Jurisprudência Atualizada do STJ Sobre Temas de Direito Público: Coerência e Integridade como Vetores Interpretativos (art. 926 do Novo Código de Processo Civil)", promovido pela AASP, em 18/5/2015, São Paulo/SP.
- Palestra no "Seminário de Verão 2015 - O Direito em Tempos de Incertezas", Painel: Liberdade de Circulação e Segurança, promovido pela Universidade de Coimbra, em 7/7/2015, Coimbra/Portugal.
- Palestra "O Processo Administrativo Disciplinar e suas Nulidades Segundo a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça", promovida pelo Instituto Justiça e Cidadania em parceria com a Sociedade Educacional Braz Cubas, em 27/11/2015, em Mogi das Cruzes/SP.
- Palestra "Perspectivas do Contencioso Tributário Perante as Cortes Superiores sobre o Novo CPC", no XIX Congresso Internacional de Direito Tributário, promovido pela Associação Brasileira de Direito Tributário, em 25/09/2015, em Belo Horizonte/MG.
- Palestra "Aspectos controvertidos da lei de Improbidade Administrativa na visão do STJ.", no Seminário sobre Improbidade administrativa e Crimes Contra a Administração Pública, promovido pela ESMAN, em 04/03/2016, em São Luís/MA.
- Palestra "Ética e Cidadania sob a Ótica dos Tribunais e do Poder Público", no Congresso do Ministério Público da Região Norte, promovido pela CONAMP E AMPEP, em 29/04/2016, em Belém/PA.
- Palestra "(As)simetrias no Federalismo Brasileiro", no XV Congresso Internacional de Direito Constitucional em Homenagem a Paulo Bonavides, em 30/04/2016, em Fortaleza/CE. (Clique [aqui](#) para acessar o artigo - Na 1ª edição não foram publicadas as notas de rodapé que, nessa versão, acompanham o artigo.)
- Palestra "Paradigmas Processuais do CPC/2015: uma Leitura do STJ", na Escola Superior de Ciências Sociais, em 20/05/2016, em Manaus/AM.
- Presidente de Mesa "Direito Público. A Administração. Questões tributárias atuais.", no VII Seminário sobre o Superior Tribunal de Justiça, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo, em 23/05/2016, em São Paulo.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Presidente de Mesa, no Seminário "Os 50 Anos do Código Tributário Nacional, promovido pelo Conselho da Justiça Federal, em 19/10/2016, no STJ/Brasília/DF.
- Palestra "Improbidade Administrativa na Jurisprudência do STJ e Desafios Atuais da Lei 8429/92" proferida no Curso de Ação de Improbidade Administrativa, realizado pela Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 21/11/2016, em Porto Alegre/RS.
- Presidente de Mesa "Sistema Interamericano e o Impacto de sua Jurisprudência", no Seminário Diálogo entre Cortes: Fortalecimento da proteção dos Direitos Humanos, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira - ENFAM, em 31/03/2017.
- Moderador "Crise da Democracia Representativa e Governance do Sistema Político", no V Seminário Luso-Brasileiro de Direito: Constituição e Governança, promovido pela Escola de Direito de Brasília do Instituto Brasiliense de Direito Público (EDB/IDP) e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), em 18/04/2017, em Lisboa/Portugal.
- Docência com o tema: "Módulo Área Judiciária: A atuação das Corregedorias e o aperfeiçoamento da prestação do serviço de justiça. Integração das Corregedorias", promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira-ENFAM, em 22/05/2017.
- Presidente de Mesa "Informática e Direito: Crimes Cibernéticos" no XII Seminário Internacional Ítalo-Ibero-Brasileiro de Estudos Jurídicos "Direito Contemporâneo: sistemas tradicionais e a era digital", no Superior Tribunal de Justiça, em 25/05/2017.
- Palestra "II Ciclo de Palestras Ética, Política e Improbidade, sobre o tema: A Improbidade Administrativa na Perspectiva da Jurisprudência do STJ", realizado pela Justiça Federal do Estado do Ceará, em 19/05/2017.
- Coordenador-Geral da Comissão Científica da I Jornada de Direito Processual Civil, promovido pelo Conselho da Justiça Federal, em 24 e 25 agosto de 2017, Brasília/DF.
- Palestra no "VIII Seminário sobre o Superior Tribunal de Justiça", sobre o tema: Direito Público. Improbidade Administrativa. Tributação. Novo CPC, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo-AASP, em 24/11/2017.
- Palestra no "IV Congresso do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Estado de São Paulo", sobre o tema: Improbidade Administrativa na visão da jurisprudência do STJ: avanços e perspectivas após 25 anos da Lei 8.429/1992, promovido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em 25/11/2017, São Paulo/SP.
- Palestra sobre o tema: Políticas Judiciárias do CNJ, promovida pela Escola Judiciária Eleitoral, com apoio da Corregedoria do Tribunal, no Tribunal Regional Eleitoral, em 26/7/2017, em Manaus/AM.
- Moderador / Presidente de mesa no Seminário "subtração Internacional de Menores, no III Painel - O direito de visitas e boas práticas na agilização do cumprimento da Convenção de Haia de 1980, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários-CEJ, no Conselho da Justiça Federal, em 04/12/2017, em Brasília/DF
- Palestra de Encerramento no Seminário "Recursos Especiais Repetitivo", promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, em 11/12/2017, em Brasília/DF.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Palestra no Seminário "Um Biênio de CPC: Avanços e Desafios, evento em comemoração ao primeiro aniversário da Associação Brasileira de Direito Processual Civil (ABPC) ", no Auditório do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), em 18/04/2018, Brasília/DF.
- Palestra sobre a " Lei de Improbidade Administrativa (8.429/1992): avanços e perspectivas após 25 anos de vigência", na Escola Superior da Magistratura do Amazonas - ESMAM, em 24/05/2018, Manaus/AM.
- Palestra no "V Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário", no Auditório Externo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 12/06/2018, Brasília/DF.
- Presidente de Mesa no XIII Seminário Internacional Ítalo-Ibero-Brasileiro de Estudos Jurídicos, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em 17/08/2018, Brasília/DF.
- Palestra na XII Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil em Homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP no Hotel Mercure-Lourdes, em 24/08/2018, Belo Horizonte/MG.
- Palestra no 35º Encontro do Ministério Público de Santa Catarina "Avanços, conquistas e desafios: o Ministério Público e os 30 anos da Constituição Federal", no Fazzenda Park Hotel, em 25/08/2018, Gaspar/SC.
- Palestra no Encontro Nacional da Defesa da Probidade Administrativa, no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 31/08/2018, Brasília/DF.
- Coordenador Científico Geral da Comissão Científica da II Jornada de Direito Processual Civil, promovido pelo Conselho da Justiça Federal, em 13 e 14 de setembro de 2018, Brasília/DF.
- Palestra sobre a Reforma da Lei de Improbidade Administrativa e Combate à Corrupção, promovida pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, em 24/09/2018, Brasília/DF.
- Palestra no Seminário II Law and Economics, promovido pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com a Columbia Law School Brazilian Association, na Universidade de Columbia, em 02/11/2018, Nova York/NY, Estados Unidos.
- Palestra na "Aula Inaugural e Abertura do Ano Letivo de 2019 da Escola Superior da Magistratura do Amazonas - ESMAM", sobre o tema: A Judicialização da Saúde na Visão dos Tribunais Superiores, em 11/03/2019, Manaus/AM.
- Palestra no evento sobre "O Sistema de Precedentes Brasileiro", sobre o tema: A Formação dos Precedentes no STJ, promovido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em 25/03/2019, Rio de Janeiro/RJ.
- Palestra no "VII Fórum Jurídico de Lisboa", sobre o tema: Reformas na Justiça, no Domínio Penal e Processual Penal, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), o Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 22/04/2019, Lisboa/Portugal.
- Palestra no Seminário "O Direito Processual Civil nos 30 anos do STJ", sobre o tema: Precedentes Qualificados no Superior Tribunal de Justiça, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Auditório Externo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 06/05/2019, Brasília/DF.
- Palestra no "I Congresso Nacional de Improbidade Administrativa", sobre o tema: O anteprojeto da reforma da Lei de Improbidade Administrativa,



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em 23/05/2019, Brasília/DF.

- Palestra no "Congresso Norte de Direito Público", com o tema: Breves considerações sobre a Consensualidade no Direito Sancionador Brasileiro, promovido pela Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, em 07/06/2019, Manaus/AM.
- Palestra no "Curso Prático de Recurso Especial e Agravo em Recurso Especial perante o STJ", promovido pelo Instituto Luiz Mário Moutinho, em 02/08/2019, Recife/PE.
- Palestra no "Simpósio: Processo nas Cortes Superiores - Críticas e propostas após 3 anos de vigência do Código de Processo Civil (CPC) 2015", sobre o tema: Vícios de Admissibilidade Recursal Sanáveis nos Tribunais Superiores: o fim da jurisprudência defensiva?, promovido pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, em 13/08/2019, Brasília/DF.
- Palestra sobre o tema "Breves considerações sobre o Anteprojeto de Reforma da Lei 8.429/1992: A possibilidade de acordo na ação de improbidade administrativa", promovida pelo Ministério Público do Estado do Acre, em 29/08/2019, Rio Branco/AC.
- Palestra sobre Vícios de Admissibilidade Recursal Sanáveis no Superior Tribunal de Justiça: o fim da jurisprudência defensiva?, promovida pela Universidade do Estado do Amazonas, em 09/09/2019, Manaus/AM.
- Palestra na "XV Jornada Jurídica da UNDB", sobre o tema "Improbidade Administrativa e Atividade Empresarial: A Coautoria na LIA e Alterações Necessárias", promovida pela Universidade Dom Bosco do Estado do Maranhão, em 20/09/2019, São Luís/MA.
- Palestra sobre o Anteprojeto de Reforma da Lei de Improbidade Administrativa: PL 10.887/2018 da Câmara dos Deputados, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em 10/10/2019, Belém/PA.
- Palestra no "II Simpósio Internacional sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas", sobre o tema: Responsabilidade Administrativa Subjetiva, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, em 19/10/2019, Manaus/AM.
- Presidente de Mesa na "Jornada Ruy Barbosa", painel III: Contratos, promovida pelo Superior Tribunal de Justiça, em 02/12/2019, Brasília/DF.
- Palestra no "I Congresso do CNMP em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento da Corrupção", sobre o tema: Controle da Probidade Administrativa como Meio Profilático Contra a Corrupção, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em 09/12/2019, Brasília/DF.
- Palestra na aula de mestrado do Dr. Fábio Calcini sobre precedentes, promovida pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, em 18/06/2020, em meio digital.
- Palestra na Live "Princípios de Direito Penal Aplicados à Improbidade Administrativa", promovida pelo Instituto de Garantias Penais, em 19/06/2020, em meio digital.
- Presidente de mesa no "20º Webinar ENFAM - O Direito Administrativo Disciplinar à Luz da Jurisprudência - Módulo 1", promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, em 17/07/2020, em meio digital.
- Palestra no "21º Webinar ENFAM - O Direito Administrativo Disciplinar à Luz da Jurisprudência - Módulo 2", promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, em 22/07/2020, em meio digital.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Palestra no "I Congresso Digital COVID-19: Repercussões Jurídicas e Sociais da Pandemia", painel: Contratação pelo Poder Público no Orçamento de Guerra, promovido Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em 28/07/2020, em meio digital.
- Presidente de mesa na "I Jornada de Direito Administrativo" na Comissão "Regulação. Agências reguladoras. Serviço público e atividade econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico. Autorização.", promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, no período de 3 a 7 de agosto de 2020, em meio digital.
- Palestra no Webinar "Meios de Flexibilização Fiscal em Tempos de Pandemia", promovido pelo Instituto de Garantias Penais, em 13/08/2020, em meio digital.
- Palestra no "I Congresso do Ministério Público brasileiro", painel: Acordo de não persecução cível e os desafios para sua implementação, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em 11/11/2020, em meio digital.
- Palestra no "Curso de vitaliciamento para os Novos Promotores de Justiça do Amazonas", sobre o tema: O Ministério Público e a Defesa do Regime Democrático, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Amazonas, em 15/11/2020, em meio digital.
- Palestra no "VI Seminário CARF de Direito Tributário e Aduaneiro", painel: Democracia, legalidade e Justiça, promovido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), 24/11/2020, em meio digital.
- Palestra no "4º Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo - CONACON" e do "II Seminário Internacional da AUD-TCU & ANPR", painel 4: Improbidade Administrativa como Instrumento de Combate à Corrupção, promovido pela Associação da Auditoria de Controle Externo do TCU, em 10/12/2020, em meio digital.
- Aula Inaugural no Primeiro Curso de Mestrado Acadêmico em Direito, promovido pelo Centro Universitário CESMAC, em 08/02/2021, em meio digital.
- Palestra no "Seminário Desjudicialização da Execução", no painel: Razões da Desjudicialização, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual, em 15/03/2021, em meio digital.
- Aula magna em abertura ao calendário do ano letivo de 2021, sobre o tema: Precedentes Obrigatórios no CPC/2015: um exame dos preceitos normativos e dos desafios de sua aplicabilidade no que toca a competência do Superior Tribunal de Justiça, promovida pela Escola Superior da Magistratura do Amazonas - ESMAM, em 29/03/2021, em meio digital.
- Palestra no "2º Webinar da Série Diálogos Interinstitucionais: PL 10.887/18 altera Lei de Improbidade Administrativa, promovido pela Associação Paulista do Ministério Público - APMP, em 26/04/2021, em meio digital.
- Aula no "Curso de Aperfeiçoamento de Improbidade Administrativa: temas controvertidos, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU, em 10/05/2021, em meio digital.
- Palestra no "10º Curso De Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Direito Processual Civil", promovido pela Escola Paulista da Magistratura - EPM, em 31/05/2021, em meio digital.
- Palestra no "Webinário: Reforma Previdenciária e sua Regulamentação", promovido pela Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região - EMAG, em 11/06/2021, em meio digital.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Palestra na "Semana do Ministério Público - O Ministério Público em Construção: realizações e Perspectivas", sobre o tema: O Papel Do Ministério Público na Nova Lei de Improbidade, promovida pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em 16/12/2021, em Salvador/BA.
- Palestra no "Webinar: Jornadas Institucionais - A Nova Lei de Improbidade Administrativa: Aspectos Materiais", em 18/03/2022, em meio digital.
- Palestra no Seminário "A Importância dos Investimentos no Saneamento para a Retoma da Economia", promovido pelo Instituto Justiça & Cidadania, em 25/03/2022, Rio de Janeiro/RJ.
- Palestra no "I Seminário Internacional França-Brasil: Desafios da Arbitragem", painel 3: Arbitragem no Setor Público, promovido pelo Instituto Justiça e Cidadania, em 14/04/2022, em Paris/FR.
- Palestra no Seminário "Os Desafios do Desenvolvimento: O Futuro Da Regulação Estatal", mesa redonda 2: Aplicação do Direito Regulatório pelo Poder Judiciário, promovido pelo Fórum de Integração Brasil Europa - FIBE, em 18/04/2022, em Lisboa/PT.
- Palestra no Seminário "Comemoração aos 200 anos da Independência - Homenagem ao Ministro Moura Ribeiro - Arbitragem - Conquistas e Desafios", painel 3: Revisão Judicial das Sentenças Arbitrais - Critérios e Limites, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros, em 29/04/2022, São Paulo/SP.
- Palestra no Seminário "Desafios e Inovações da Justiça Eleitoral para as Eleições de 2022", painel 4: Propaganda Eleitoral e Combate à Desinformação, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, em 29/04/2022, Rio de Janeiro/RJ.
- Presidente de Mesa "Comissão VI - Família e Sucessões", na Jornada de Direito Civil, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ/CJF), em 19 e 20 de maio de 2022, Brasília/DF.
- Palestra no Seminário "Repercussão Geral 15 anos: origens e perspectivas", painel 3: Gestão de Precedentes: uma relação dialógica entre tribunais, promovido pelo Supremo Tribunal Federal, em 26/05/2022, Brasília/DF.
- Palestra no Fórum Permanente de Transparência e Probidade Administrativa da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Reflexões Sobre os 30 Anos da Lei de Improbidade Administrativa", promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), em 02/06/2022, Virtualmente.
- Moderador no X Fórum Jurídico de Lisboa, mesa IV: "Contratos Digitais: Pandemia e Disrupção", promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 28/06/2022, Lisboa/PT.
- Palestra no X Fórum Jurídico de Lisboa, mesa XI: "Mudanças Climáticas: Metas da Agenda 2030", promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 29/06/2022, Lisboa/PT.
- Palestra no "Seminário de Verão de Coimbra: 500 anos da Circumnavegação", painel: Mar, Ambiente e Sustentabilidade, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 06/07/2022, Coimbra/PT.
- Palestra no "Seminário: O Município como ente federativo, os desafios da governança à luz da Constituição Federal", sobre o tema "Nova Lei de



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Improbidade e o STJ: reação legislativa ou diálogo institucional", promovido pela Prefeitura de Araucária/PR, em 08/08/2022, Araucária/PR.
- Palestra no "XV Congresso Estadual da Associação do Ministério Público", promovido pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em 11/08/2022, Gramado/RS
 - Palestra no Seminário Defesa dos Direitos Humanos: Desafios Contemporâneos - com destaque para o Perfil Étnico Racial do Ministério Público brasileiro, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público Federal (CNMP) e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), em 16/01/2023, Lisboa/PT.
 - Palestra no Seminário Liberdade de Expressão, Redes Sociais e Democracia, promovido pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento, em 13/03/2023, Rio de Janeiro/RJ.
 - Palestra no Webinar Combate à Litigiosidade Tributária, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM), em 24/04/2023, Brasília/DF.
 - Palestra no Curso de Alta Formação: Tributação e Economia Digital, painel 11: tratados para evitar a dupla tributação e novas tecnologias, promovido pela Escola Superior de Advocacia Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil e pela Universidade Sapienza de Roma, em 04/05/2023, Roma/IT.
 - Palestra no XI Fórum Jurídico de Lisboa, mesa VI: Políticas Públicas de Inclusão Digital e Digitalização das Relações entre a Administração e os Cidadãos e na mesa XX: Compromisso Público e Privado na Descarbonização, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento e Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE), em 27/06/2023, Lisboa/PT.
 - Palestra no XXVIII Seminário de Verão de Coimbra, painel: Prevenção, adaptação, mitigação e preparação perante as alterações climáticas, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 03/07/2023, Coimbra/PT.
 - Palestra no VI Encontro com Ministros dos Tribunais Superiores, promovido pela Universidade Santo Amaro (UNISA), em 24/11/2023, em meio digital.
 - Palestra no Seminário: Litígios Globais, Meio Ambiente e Cidadania Internacional, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em 21/03/2024, São Paulo/SP.

Publicações

Obras e artigos científicos:

- Artigo "Aspectos de admissibilidade dos embargos de divergência no âmbito da jurisprudência do STJ" na obra "O papel da jurisprudência no STJ", coord. Isabel Gallotti, 1ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Texto "Artigo n. 19" na obra "Comentários à Nova Lei do Mandado de Segurança", organizadores: Napoleão Nunes Maia Filho, Caio Cesar Vieira Rocha e Tiago Asfor Rocha Lima, 1ª ed. São Paulo: RT.
- Artigo "Constituição Federal de 1988: da renovação do Poder Judiciário à criação do Conselho Nacional de Justiça", publicado no livro "Estudos de Direito Constitucional: Uma Homenagem a J. Bernardo Cabral. Rio de Janeiro: Editora JC, 2014 (200 a 213).



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Prefácio do livro Direito da Arte. Mamede Gladston et ali. São Paulo: Atlas, 2015.
- Prefácio do livro Aspectos Processuais da Incorporação Societária, de Arruda Alvim e outros. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- Artigo "Aspectos de Admissibilidade dos Embargos de Divergência no Âmbito da Jurisprudência do STJ" (729 a 742) publicado no livro "O Papel da Jurisprudência no STJ", Coordenação Isabel Gallotti et ali. 1ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- Artigo "O Novo CPC e o Recurso de Embargos de Divergência no STJ", publicado no livro "O Direito nos Tribunais Superiores", Coordenação de J. S. Fagundes Cunha e Edição de Luiz Fernandes de Queiroz, Curitiba: Bonijuris, 2015.
- Artigo "(As)simetrias no Federalismo Brasileiro" (61-75) publicado no livro "Ontem os Códigos! Hoje, as Constituições! Homenagem a Paulo Bonavides", Coordenação George Salomão Leite et ali. 1ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016. (Clique [aqui](#) para acessar o artigo - obs. A 1ª edição foi publicada com incorreção - ausentes as notas de rodapé que acompanham o artigo).
- Coordenador e autor do livro "Improbidade Administrativa - Temas Atuais e Controvertidos", publicado pela Ed. Forense, 2016.
- Prefácio do livro Normas Gerais de Direito Tributário: Estudos em Homenagem aos 50 Anos do Código Tributário Nacional. Coordenador Carlos Alberto Ramos Filho. Curitiba: CRV, 2016.
- Artigo "O uso remunerado da faixa de domínio por concessionária de serviços Públicos na visão do Superior Tribunal de Justiça", publicado no livro "O Direito Administrativo na Atualidade – Estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles (1917-2017) ", lançado em 08/11/2017.
- Prefácio do livro: O Requisito Negativo da Tutela Antecipada. Autor Kon Tsih Wang. Ed. GZ, 2018.
- Artigo "O Prequestionamento no Código de Processo Civil de 2015" na obra "O Novo Processo Civil Brasileiro: temas relevantes – Estudos em homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux", coordenação Aluisio Gonçalves de Castro Mendes et ali, Volume 2. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2018.
- Prefácio do livro: Enunciados CNJ. Conselho da Justiça Federal – Jornadas de Direito Processual Civil. Coordenadores: Frederico Leopoldino Koehler; Marco Aurélio Ventura Peixoto; Silvano José Gomes Flumignan. Ed. Jus Podivm, 2019.
- Prefácio do livro: Manual de Direito Ambiental, para aplicação pelos Magistrados. Organizador: Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Cid da Veiga Soares Júnior. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, 2019.
- Prefácio do livro: O Direito e os Direitos em Tempos de Crise. Autor Sammy Barbosa Lopes. Ed. Appris, 2019.
- Artigo "Direito Administrativo Sancionador Democrático e Improbidade Administrativa" na obra "Democracia e Sistema de Justiça: Obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal", Coordenado pelos Ministros Alexandre de Moares e André Luiz de Almeida Mendonça. Ed. Forum, 2019.
- Artigo "O Novo Poder Judiciário e o Direito Administrativo Sancionador: análise a partir da jurisprudência do STF e do STJ" na obra "Emenda Constitucional nº 45/2004: 15 anos do Novo Poder Judiciário", Organizadores: Ministro Dias Toffoli, Dr. Felipe Santa Cruz e Dr. André Godinho. OAB, Conselho Federal, 2019.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Artigo "O Uso Remunerado da Faixa de Domínio: Análise de Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça à Luz do Pragmatismo Jurídico", na obra "Estado, Direito e Democracia: Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. Augusto Aras", Coordenadores: Ministro Dias Toffoli, Dr. Otávio Luiz Rodrigues Jr. e Dr. Carlos Vinícius Alves Ribeiro, Editora Forum, 2021.
- Coordenador e autor do livro "Recurso Especial", com prefácio do Dr. Nelson Nery Junior, publicado pela Ed. Direito Contemporâneo, 2022.
- Artigo "Parâmetros para o Deferimento Judicial de Acesso à Medicamentos: Lições da Relatoria do Agravo Regimental na Suspensão de Tutela Antecipada n. 175/CE" na obra "A defesa da Constituição e do Estado de Direito: homenagem aos 20 anos do Ministro Gilmar Mendes no STF", organizadores Sérgio Antônio Ferreira Victor, Luciano Felício Fuck, Fábio Lima Quintas e Georges Abboud, Editora Contracorrente, 2022.

Condecorações, títulos, medalhas

Dentre vários outros, destacam-se:

- Título de Cidadão Honorário do Município de Manicoré - AM, Lei Municipal nº 293-B, de 2/3/1989;
- Medalha Tiradentes, Polícia Militar do Amazonas, em 2/4/1993;
- Medalha do Mérito Policial Civil, Polícia Civil do Amazonas, em 31/3/1994;
- Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado do Amazonas, em 3/3/1999;
- Ordem do Mérito Naval, admitido em 27/4/1999 por Decreto Presidencial;
- Comenda da Ordem do Mérito Naval, no Grau de Grande-Oficial, outorgada pelo Presidente da República Federativa do Brasil, em 16/6/2010;
- Medalha do Mérito da Associação Amazonense do Ministério Público, agraciado em 2001;
- Ordem do Mérito Militar, admitido em 11/4/2001 por Decreto Presidencial;
- Comenda da Ordem do Mérito Militar, no grau Comendador, pelo Presidente da República Federativa do Brasil, em 17/4/2009;
- Comenda da Ordem Militar - Grau de Grande Oficial no Corpo de Graduados Especiais, outorgada pela Presidenta da República Federativa do Brasil, em 19/4/2011;
- Medalha do Pacificador, outorgada pelo Comandante do Exército Brasileiro, em 25/8/2001;
- Ordem do Mérito Legislativo do Estado do Amazonas, no grau Mérito Especial, outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado, em 24/1/2003;
- Medalha do Mérito do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União - CNPG, em 5/9/2003;
- Ordem do Mérito Legislativo do Estado do Amazonas, no grau Grande Mérito, outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado, 12/12/2005;
- Medalha Mérito Tamandaré, outorgada pelo Comando da Marinha do Brasil, em 13/12/2007;
- Título de Cidadão Honorário do Município de Humaitá - AM, por Decreto Legislativo da Câmara Municipal de Humaitá em dezembro/2007;
- Medalha do Mérito Policial Militar, Polícia Militar do Amazonas, em 22/4/2008;
- Medalha de Ordem do Mérito do Ministério Público Militar, em 6/11/2008;



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Medalha da Ordem do Mérito do Ministério Público do Estado do Acre, em 12/12/2008;
- Medalha do Mérito Judiciário, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em 14/8/2009;
- Medalha Albert Sabin, outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 14/9/2009;
- Medalha Comemorativa 20 Anos, outorgada pelo Superior Tribunal de Justiça, em 1º/4/2009;
- Medalha Colar do Mérito de Contas, pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, em 16/10/2009;
- Comenda da Ordem do Mérito Aeronáutico no Grau de Grande-Oficial, outorgada pelo Presidente da República Federativa do Brasil, em 23/10/2009;
- Comenda da Ordem do Mérito Judiciário Militar, concedida pelo Superior Tribunal Militar, em 14/11/2009;
- Medalha Juscelino Kubitschek, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, em 26/11/2009;
- Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 8/12/2009;
- Colar do Mérito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em 14/12/2009;
- Medalha do Mérito do Estado do Amazonas, no Grau de Grande-Oficial, outorgada pelo Governo do Estado do Amazonas, em 22/3/2010;
- Título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro, pelo Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 19/8/2010;
- Troféu Dom Quixote de La Mancha, pela Revista Justiça e Cidadania e Confraria Dom Quixote, em 3/11/2010;
- Medalha do Mérito Industrial, pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), em 3/6/2011;
- Medalha da Ordem do Mérito Forte São Joaquim, outorgada pelo Governo do Estado de Roraima, em 5/10/2011;
- Medalha do Mérito da República dos Palmares, outorgada pelo Governador do Estado de Alagoas, em 15/11/2011;
- Comenda da Ordem do Mérito Anhanguera, no Grau Grã-Cruz, pelo Governo do Estado de Goiás, em 18/11/2011;
- Medalha do Mérito Eleitoral do Amazonas, outorgada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, em 19/11/2011;
- Medalha do Mérito Judiciário, no Grau de Grã-Cruz, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, em 26/12/2011;
- Homenagem da Justiça Federal do Amazonas, em 31/05/2012, Manaus/AM, em 31/05/2012;
- Medalha de Honra do CNPG, outorgada no I Congresso Internacional do CNPG, Rio de Janeiro, em 17/8/2012;
- Medalha da Ordem do Mérito Industrial, outorgada pela Federação das Indústrias do Amazonas (FIEAM) e pelo Centro de Estudos da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM), Manaus/AM, em 5/12/2012;
- Comenda do Mérito Judiciário Desembargador Moura Castro, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Maceió/AL, em 7/12/2012;
- Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau Grande Oficial, pelo TST, em 11/8/14, Brasília/DF;
- Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau Grande Oficial, pelo TST, em 11/8/14, em Brasília/DF;



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Título de Cidadão Baiano, outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em 12/12/2014, em Salvador/BA.
- Troféu "Mérito da Advocacia Raymundo Faoro" em reconhecimento aos relevantes serviços desenvolvidos em defesa da Justiça e do Direito, outorgado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em 03/12/2015, em Brasília/DF.
- Colar do Mérito Eleitoral Paulista, outorgado pelo TRE-SP, em 23/11/2015.
- Comenda do Mérito Desembargador Hermann Byron de Araújo Soares, outorgada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em 16/12/2016, em Maceió/AL.
- Comenda do Mérito Judiciário e Acadêmico, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Amazonas, em 13/12/16, em Manaus/AM.
- Comenda Medalha 180 Anos da PMAM, outorgada pela Polícia Militar do Amazonas, em 2/5/17, Manaus/AM.
- Troféu Sancho Pança, pela Revista Justiça e Cidadania e Confraria Dom Quixote, em 16/08/2017, Brasília/DF.
- Medalha do Mérito Eleitoral Frei Caneca – Classe Ouro, outorgado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, em 04/09/2017, Recife/PE
- Medalha do Mérito Judiciário "Desembargador Joaquim Nunes Machado", no Grau "Grão-Colar de Alta Distinção" outorgado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, em 04/09/2017, Recife/PE.
- Título de Membro honorário da Associação Brasileira de Direito Processual Civil.
- Comenda do Mérito Judiciário e Acadêmico conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM), em 24 de maio de 2018, Manaus/AM.
- Diploma e Comenda Veritas et Justitia Prof. Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, concedida pela Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura, em 23/08/2018.
- Medalha do Mérito da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - AMPERJ, outorgada pela própria Associação em 22/10/2018, Rio de Janeiro/RJ.
- Medalha Ordem da Estrela do Acre, no grau Grande Oficial na ordem do quadro especial, outorgada pelo Governo do Estado do Acre, em 29/08/2019.
- Medalha do Mérito Legislativo Manuel Beckman, outorgada pela mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 20/09/2019, São Luís/MA.
- Medalha da Ordem do Mérito dos Timbiras, no Grau Grã-Cruz, outorgada pelo Governo do Estado do Maranhão, em 20/09/2019, São Luís/MA.
- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Paraense, no Grau Grã-Cruz, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em 10/10/2019, Belém/PA.
- I Prêmio Direitos Humanos do Distrito Federal, outorgado pelo Governo do Distrito Federal por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, em 04/12/2019, Brasília/DF.
- Medalha do Mérito Estado do Amazonas, no Grau Grã-Cruz, outorgada pelo Governo do Estado do Amazonas, em 11/12/2020;
- Medalha Ministro Célio Silva, outorgada pelo Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral – COPEJE, em 14/12/2020, em meio digital.
- Medalha Desembargador Décio Antonio Erpen, outorgada pelo Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – CCOGE, em 25/03/2021, em meio digital.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

- Placa de Homenagem do CODEJE, outorgada pelo Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais - CODEJE, em 28/05/2021, em meio digital.
- Medalha do Sesquicentenário, outorgada pela Associação comercial do Amazonas - ACA, em 18/06/2021.
- Medalha Mérito da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, concedida pelo Presidente do Conselho Superior da PGDF, em 10/11/2021.
- Comenda da Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral Assis Brasil, no Grau Grã-Cruz, outorgada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 28/03/2022.
- Medalha Brasília 60 anos, outorgada pelo Governo do Distrito Federal e Territórios, em 18/04/2022.
- Medalha Militar Alusiva ao Aniversário de 185 anos da Polícia Militar do Estado do Amazonas, outorgada pela Polícia Militar do Estado do Amazonas, em 21/04/2022.
- Medalha do Mérito Eleitoral do DF, outorgada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, em 08/04/2024

Brasília, 02 de maio de 2024.

MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Indicado pelo STJ para integrar o Conselho Nacional de Justiça



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

DECLARAÇÃO

Mauro Luiz Campbell Marques, brasileiro, casado, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 1 do Regimento Interno e pelo art. 5º, II, da RSF 7/05, que:

- Possui os seguintes parentes vinculados à sua atividade profissional:

1. [REDACTED] filha, advogada, a partir de junho/2008;
2. [REDACTED], sobrinho, advogado, a partir de junho/2008;
3. [REDACTED] prima, advogada, a partir de junho/2008
4. [REDACTED] primo, advogado, a partir de junho/2008
5. [REDACTED], irmã, Analista Judiciária do Tribunal Regional da Primeira Região, a partir de junho/2008.
6. [REDACTED], irmã, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a partir de junho/2008.

Brasília, 02 maio de 2024.


MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES
Ministro do Superior Tribunal de Justiça
Indicado pelo STJ para integrar o Conselho Nacional de Justiça



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

DECLARAÇÃO

Mauro Luiz Campbell Marques, brasileiro, casado, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 5 do Regimento Interno, que:

- Atua como Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde o dia 17/06/2008, e não atuou, nos últimos 5 (cinco anos) de conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção de agências reguladoras.

Brasília, 02 de maio de 2024.

MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES
Ministro do Superior Tribunal de Justiça
Indicado pelo STJ para integrar o Conselho Nacional de Justiça



*Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques*

DECLARAÇÃO

Mauro Luiz Campbell Marques, brasileiro, casado, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 3 do Regimento Interno, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Brasília, 02 de maio de 2024.

MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES
Ministro do Superior Tribunal de Justiça
Indicado pelo STJ para integrar o Conselho Nacional de Justiça



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES

CPF: **Informação pessoal**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:03:03 do dia 30/04/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/10/2024.

Código de controle da certidão: **E184.841B.C0D0.A0AB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 130043743992024
NOME: MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES
ENDEREÇO: Informação pessoal
CIDADE: Informação pesso
CPF: Informação pessoal
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA / 2024 .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 31 de julho de 2024. *



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

DECLARAÇÃO

Mauro Luiz Campbell Marques, brasileiro, casado, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 5º, IV, da Resolução n. 7/05, que:

- Não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Brasília, 02 de maio de 2024.

MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES
Ministro do Superior Tribunal de Justiça
Indicado pelo STJ para integrar o Conselho Nacional de Justiça



*Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques*

DECLARAÇÃO

Mauro Luiz Campbell Marques, brasileiro, casado, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 4 do Regimento Interno e art. 5º, III, da Resolução n. 7/05, que:

- Não existem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar.

Brasília, 02 de maio de 2024.


MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES
Ministro do Superior Tribunal de Justiça
Indicado pelo STJ para integrar o Conselho Nacional de Justiça



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

DECLARAÇÃO

Mauro Luiz Campbell Marques, brasileiro, casado, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 2 do Regimento Interno, que:

- Não participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Brasília, 02 de maio de 2024.

MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES
Ministro do Superior Tribunal de Justiça
Indicado pelo STJ para integrar o Conselho Nacional de Justiça



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

DECLARAÇÃO

Mauro Luiz Campbell Marques, brasileiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, da Constituição Federal, **declara**, perante o Senado Federal, para os fins do disposto no art. 5º, III, da Resolução 7/2005, do Senado Federal, que não sofreu nenhuma sanção criminal ou administrativo-disciplinar e que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra mim.

Brasília, 02 maio de 2024.


MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES
Ministro do Superior Tribunal de Justiça
Indicado pelo STJ para integrar o Conselho Nacional de Justiça



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

Bom dia, Sr. Presidente,

Bom dia, Senhoras Senadoras,

Bom dia, Senhores Senadores,

Tenho a elevada honra de, mais uma vez, me apresentar a Vossas Excelências. Meu nome é Mauro Luiz Campbell Marques, sou Ministro do Superior Tribunal de Justiça e, tendo em vista a minha indicação para ocupar o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, apresento, para todos os fins de direito, a presente argumentação nos seguintes termos:

Iniciei minha trajetória profissional logrando bacharelado em direito pelo Centro Universitário Metodista Bennett (UNIBENNETT) em 1985.

Fui advogado inscrito na OAB-RJ tendo atuado no Rio de Janeiro e em Manaus. Ingressei na Companhia Energética do Amazonas – CEAM, em 16/05/1986, atuando como Assessor Jurídico até iniciar minha carreira como membro do Ministério Público do Estado do Amazonas de dezembro/1987 a junho/2008. No *parquet* fui Promotor de Justiça titular da Comarca de Manicoré onde, além das atribuições inerentes ao cargo, fui Promotor de Justiça da 16.^a Zona Eleitoral, até ser promovido, por merecimento, para a Comarca de Manaus onde atuei em Promotorias Cíveis e Criminais, sem olvidar do exercício especializado na 1.^a Zona Eleitoral e 59.^a Zona Eleitoral da capital. Fui Procurador-Geral de Justiça eleito e reeleito para mandatos - biênios 1999/2001 e 2001/2003 – e Procurador-Geral de Justiça, pela terceira vez, para cumprir o biênio de março/2007 a março/2009 tendo renunciado 16/06/2008 para assumir o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Com muito regozijo atuei em defesa dos interesses institucionais do Ministério Público junto ao Congresso Nacional desde os tempos da Assembleia Nacional Constituinte, ora como Membro do MP designado por nossa entidade de classe, ora como Vice-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União - CNPG, por dois mandatos.

Exerci, no âmbito do Poder Executivo do meu Estado, os cargos de Secretário de Estado de Justiça, de 15/03/1991 a 20/10/1993; Secretário de Estado de Segurança Pública, de 20/10/1992 a 22/12/1993; Secretário de Estado de Segurança Pública, Justiça e Cidadania, de 22/12/1992 a 01/01/1995; Secretário de Estado de Controle Interno, Ética e Transparência (atual Controladoria-Geral do Estado), tendo implantado a Comissão Geral de Ética Pública do Amazonas, de janeiro a setembro de 2004.



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

Ingressei em 17 de junho de 2008 na magistratura como Ministro do Superior Tribunal de Justiça, integrando, desde então, a Segunda Turma e a Primeira Seção (órgãos julgadores de temas de Direito Público) e, a partir de 21 de agosto de 2014, passei a atuar na Corte Especial do Tribunal da Cidadania.

No Tribunal da Cidadania, fui membro suplente da Comissão de Documentação de 24/04/2013 a 02/06/2014; membro da Comissão de Jurisprudência de 03/06/2014 a 31/07/2017, tendo exercido a presidência de 13/04/2016 a 31/07/2017; Presidente da 2.^a Turma do Superior Tribunal de Justiça de 21/06/2013 a 20/06/2015; Presidente da 1.^a Seção do Superior Tribunal de Justiça de 06/08/2017 a 05/08/2019; Membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados no biênio 2018/2020 nos termos da Portaria STJ/GP n.º 50 de 26/2/2018; Diretor da Revista do Superior Tribunal de Justiça de 03/09/2018 a 03/09/2020; Presidente do Comitê Consultivo temporário sobre assuntos legislativos do Superior Tribunal de Justiça durante a gestão do biênio 2020/2022; Membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados no biênio 2018/2020 nos termos da Portaria STJ/GP n.º 50 de 26/2/2018 e Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, de 17/09/2020 a 01/09/2022.

Atuei, também, perante o Tribunal Superior Eleitoral, nos cargos de Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral de 30/08/2018 a 30/08/2020 e Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral de 01/09/2020 a 01/09/2022, acumulando, nesse último mandato, a partir de 09/11/2021, o cargo de Corregedor-Geral Eleitoral.

Desempenhei ainda o cargo de Corregedor-Geral da Justiça Federal, Presidente da Turma Nacional de Uniformização e Diretor do Centro de Estudos Judiciários de 30/08/2016 a 21/09/2017.

E, na presente data, atuo como Ministro do Superior Tribunal de Justiça; membro da Corte Especial; membro da Primeira Seção e membro da Segunda Turma; Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM); Presidente da Comissão de Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e membro do Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça; Presidente da Comissão Permanente de Desburocratização da Administração Pública Brasileira do Senado Federal; membro da Academia Brasileira de Direito Tributário com assento na cadeira n.º 38 cujo patrono era Rubens Approbato Machado, a partir de 10/11/2017; Presidente de Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma de Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992), instituída pela Câmara dos Deputados em 22/2/2018; membro fundador da Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas com assento na cadeira



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

n.º 03, a partir de 25/05/2018 e membro da Comissão de Juristas destinada a elaborar anteprojeto de legislação que sistematiza as normas de processo constitucional brasileiro, instituída pela Câmara dos Deputados em 24/11/2020.

Além disso, sou palestrante, no Brasil e no exterior, e participei de inúmeras obras jurídicas contribuindo em diferentes frentes para o fomento de temas extremamente relevantes para o país e para toda a sociedade. A título de exemplo, cito a obra “Improbidade Administrativa – Temas Atuais e Controvertidos”, livro que coordenei e participei como autor, pois entendi que esse tema merecia, e ainda merece, uma maior reflexão de todos, em especial, dos agentes públicos.

Nesse sentido, destaco, com orgulho e sem soberba alguma, que, desde o início da minha trajetória profissional, não há nenhuma mácula no meu currículo que importe no descrédito desse parlamento à minha indicação de Corregedor Nacional de Justiça. Registro, inclusive, que a minha conduta sempre foi pautada nos princípios republicanos, em especial, a probidade, e exerci todos os cargos com dedicação, zelo e comprometimento.

Brasília, 02 de maio de 2024.

MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Indicado pelo STJ para integrar o Conselho Nacional de Justiça